Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

28/02/2013

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. DECISÕES..... 1 - 2
   1.2. PRESIDÊNCIA..... 3 - 4
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. DECISÕES..... 5 - 6
   2.2. PRESIDÊNCIA..... 7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. DECISÕES..... 8
   3.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. DECISÕES..... 10
   4.2. DESEMBARGADORES..... 11 - 15
   4.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 16 - 17
5. JORNAL EXTRA
   5.1. JUÍZES..... 18
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. DECISÕES..... 19 - 20
   6.2. PRESIDÊNCIA..... 21
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. DECISÕES..... 22 - 24
   7.2. DESEMBARGADORES..... 25 - 26
   7.3. JUÍZES..... 27
   7.4. PRESIDÊNCIA..... 28 - 29
8. JORNAL O QUARTO PODER
   8.1. DECISÕES..... 30
   8.2. PRESIDÊNCIA..... 31
   8.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 32
9. JORNAL PEQUENO
   9.1. DECISÕES..... 33 - 36
   9.2. JUÍZES..... 37
   9.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 38
   9.4. VARAS CRIMINAIS..... 39

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Pág. 7

Desembargador determina retorno da prefeita de Axixá ao cargo

Jamil Gedeon

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desembargador determina retorno da prefeita de Axixá ao cargo

O desembargador Jamil Gedeon concedeu, nesta terça-feira (26), pedido da prefeita de Axixá, Roberta Gonçalves Fontoura, de suspensão da decisão judicial de 1º grau que a afastou do exercício das funções e determinou o retorno imediato da gestora ao cargo até o julgamento final do recurso.

A prefeita interpôs recurso de Agravo de Instrumento no Plantão Judiciário de 2º grau, com pedido de efeito suspensivo da decisão do juiz da comarca de Icatu – da qual Axixá é termo judiciário – nos autos da ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual. Na ação, a prefeita foi afastada das funções pelo prazo de 120 dias.

De acordo com o Ministério Público (MP), a prefeita dispensou verbalmente os servidores municipais, editou Decreto de recadastramento solicitando extratos bancários dos servidores e relotou ilegalmente servidores, entre outras acusações.

Em resposta, a prefeita alegou que assumiu o mandato em 1º de janeiro deste ano sem conseguir realizar os trabalhos de transição de governo com a antiga gestora. É que por esse motivo começou a trabalhar sem informações e documentos necessários para organizar o planejamento das medidas iniciais de sua gestão, o que motivou uma série de medidas administrativas, como o recadastramento dos servidores.

A gestora sustentou que buscou esclarecer os motivos das medidas adotadas e o retorno dos servidores às suas atividades normais, e que o envio de cópia dos procedimentos administrativos solicitados pelo MP ainda não foram enviados por não terem sido concluídos os procedimentos.

Afirmou também que as medidas adotadas buscam preservar o próprio patrimônio público, ao suspender os pagamentos até que se tivesse certeza do vínculo legal do servidor com a Prefeitura, e ao relotar servidores para suprir as deficiências e adequar a carência de pessoal em determinados setores.

DECISÃO - Após analisar o recurso, o desembargador plantonista deferiu o pedido, considerando que a prefeita não se omitiu em prestar as informações solicitadas pelo Ministério Público, esclarecendo suas ações, e que não consta nos autos qualquer prova ou indício concreto de que ela esteja atuando com abuso ou arbitrariedade no exercício de suas funções com o fim de atrapalhar a instrução processual.

O desembargador citou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que permite o afastamento cautelar do agente somente em situação de excepcionalidade, quando demonstrado comportamento do agente público que, no exercício de suas funções públicas e em virtude delas, importe efetiva ameaça à instrução do processo.

"Não verifico a demonstração de que a agravante efetivamente represente ameaça à instrução do processo, pois os atos até então por ela praticados não permitem vislumbrar qualquer atividade com esse fim", justifica o relator plantonista na decisão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Pág. 3

Maranhão participará de cerimônia que celebrará Dia da Mulher em Brasília

Convidados pela secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Guerreiro Junior, e o defensor geral do Estado, Aldy Mello, confirmaram presença em solenidade que celebrará o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março no Palácio do Planalto.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Maranhão participará de cerimônia que celebrará Dia da Mulher em Brasília

Secretária Catharina Bacelar em visita ao desembargador Guerreiro Júnior

Convidados pela secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Guerreiro Junior, e o defensor geral do Estado, Aldy Mello, confirmaram presença em solenidade que celebrará o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março no Palácio do Planalto. A cerimônia está sendo organizada pelo cerimonial da Presidência da República.

O convite foi feito durante visita de Catharina Bacelar, na sexta-feira (22). Ela destacou a importância da presença dos gestores no evento. Na ocasião, o Governo do Maranhão deverá assinar a Repactuação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, desta vez, ao lado do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público Estadual.

"É importante ressaltar o excelente nível de relacionamento que temos com o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e o Ministério Público, o que fortalece a rede estadual de atendimento à mulher em situação de violência e potencializa os resultados alcançados por cada um dos nossos parceiros", frisou a secretária Catharina Bacelar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça determina retorno da prefeita de Axixá ao cargo

PÁGINAS 4

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça determina retorno da prefeita de Axixá ao cargo

Na terça- feira (26), o desembargador Jamil Gedeon concedeu o pedido da prefeita de Axixá, Roberta Gonçalves Fontoura, de suspensão da decisão judicial de 1º grau que a afastou do exercício das funções e determinou o retorno imediato da gestora ao cargo até o julgamento final do recurso. A prefeita havia sido afastada das funções pelo prazo de 120 dias.

De acordo com o Ministério Público (MP), a prefeita dispensou verbalmente os servidores municipais, editou Decreto de recadastramento solicitando extratos bancários dos servidores e relatou ilegalmente servidores, entre outras acusações.

Em resposta, a prefeita alegou que assumiu o mandato em 1º de janeiro deste ano sem conseguir realizar os trabalhos de transição de governo com a antiga gestora. E que por esse motivo começou a trabalhar sem informações e documentos necessários para organizar o planejamento das medidas iniciais de sua gestão, o que motivou uma série de medidas administrativas, como o recadastramento dos servidores.

A gestora sustentou que buscou esclarecer os motivos das medidas adotadas e o retorno dos servidores às suas atividades normais, e que o envio de cópia dos procedimentos administrativos solicitados pelo MPainda não foram enviados por não terem sido concluídos os procedimentos.

Prefeita de Axixá, Roberta Gonçalves

Afirmou também que as medidas adotadas buscam preservar o próprio patrimônio público, ao suspender os pagamentos até que se tivesse certeza do vínculo legal do servidor com a Prefeitura, e ao relotar servidores para suprir as deficiências e adequar a carência de pessoal em determinados setores.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Maranhão participará de cerimônia que celebrará Dia da Mulher em Brasília

Convidados pela secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Guerreiro Junior, e o defensor geral do Estado, Aldy Mello, confirmaram presença em solenidade que celebrará o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março no Palácio do Planalto. A cerimônia está sendo organizada pelo cerimonial da Presidência da República.

O convite foi feito durante visita de Catharina Bacelar, na sexta-feira (22). Ela destacou a importância da presença dos gestores no evento. Na ocasião, o Governo do Maranhão deverá assinar a Repactuação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, desta vez, ao lado do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público Estadual.

"É importante ressaltar o excelente nível de relacionamento que temos com o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e o Ministério Público, o que fortalece a rede estadual de atendimento à mulher em situação de violência e potencializa os resultados alcançados por cada um dos nossos parceiros", frisou a secretária Catharina Bacelar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desembargador determina retorno da prefeita ao cargo

O desembargador Jamil Gedeon concedeu, na última terça-feira (26), o pedido da prefeita de Axixá, Roberta Gonçalves Fontoura, de suspensão da decisão judicial de 1° grau que a afastou do exercício das funções e determinou o retorno imediato da gestora ao cargo até o julgamento final do recurso.

A prefeita interpôs recurso de Agravo de Instrumento no Plantão Judiciário de 2° grau, com pedido de efeito suspensivo da decisão do juiz da comarca de Icatu - da qual Axixá é termo judiciário - nos autos da ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual. Na ação, a prefeita foi afastada das funções pelo prazo de 120 dias.

De acordo com o Ministério Público (MP), a prefeita dispensou verbalmente os servidores municipais, editou Decreto de recadastramento solicitando extratos bancários dos servidores e relotou ilegalmente servidores, entre outras acusações.

DECISÃO - Após analisar o recurso, o desembargador plantonista deferiu o pedido, considerando que a prefeita não se omitiu em prestar as informações solicitadas pelo Ministério Público, esclarecendo suas ações, e que não consta nos autos qualquer prova ou indício concreto de que ela esteja atuando com abuso ou arbitrariedade no exercício de suas funções com o fim de atrapalhar a instrução processual.

O desembargador citou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que permite o afastamento cautelar do agente somente em situação de excepcionalidade, quando demonstrado comportamento do agente público que, no exercício de suas funções públicas e em virtude delas, importe efetiva ameaça à instrução do processo.

"Não verifico a demonstração de que a agravante efetivamente represente ameaça à instrução do processo, pois os atos até então por ela praticados não permitem vislumbrar qualquer atividade com esse fim", justifica o relator plantonista na decisão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

REAJUSTES

Serviços dos cartórios de todo o estado têm novos valores

Já está em vigor em todo o Estado a nova tabela de custas e emolumentos oferecidos pelos cartórios. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2013 foram reajustadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em 5,9%, conforme prevê a Lei 9.109/2009, que regula a cobrança dos serviços.

De acordo com a Resolução nº 051/2012 - aprovada pelo Pleno do TJMA - a atualização das taxas corresponde à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de dezembro de 2011 a novembro de 2012.

Segundo a diretora do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (FERJ), Celerita Dinorah de Carvalho, os valores dos emolumentos devem ser compatíveis com os custos de remuneração dos serviços prestados pelos cartórios.

"O índice aplicado consiste apenas numa atualização monetária, a fim de adequar os valores praticados pelos cartórios à realidade econômica atual", explica.

Tabela - A nova tabela traz, de forma detalhada, os valores a serem aplicados pelos cartórios extrajudiciais de todo o Estado nos serviços de registro civil de pessoas físicas e jurídicas, registros de imóveis e protestos de títulos.

Os valores variam de R$ 3,00 (distribuição de petição inicial) a R$ 7.655,30 (máximo para a execução de título judicial).

A lei obriga a divulgação da tabela de preços, com total visibilidade, por parte dos cartórios, para conhecimento dos usuários dos serviços.

Arrecadação - Do total arrecadado pelos cartórios extrajudiciais, 12% são destinados ao FERJ - o fundo que subsidia as despesas de elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários. Os 88% restantes da receita ficam para os cartórios.

Também são financiados pelo FERJ a construção, ampliação e reforma de prédios e instalações, aquisição de materiais permanentes e serviços de manutenção e reparos; a implantação dos serviços de informatização da Justiça; aquisição e manutenção de veículos utilitários; e materiais de consumo indispensáveis à manutenção do Poder Judiciário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

De volta

O desembargador Jamil Gedeon reintegrou ontem no cargo a prefeita de Axixá, Roberta Gonçalves Fontoura.

Ela foi afastada por 120 dias por decisão judicial sob a alegação de que cometera irregularidades no recadastramento de servidores.

Com a decisão do desembargador, a prefeita volta hoje ao trabalho.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Despedida

O desembargador Stélio Muniz, que se aposentará na semana que vem, participou ontem da última sessão como integrante do Pleno do Tribunal de Justiça.

Durante a sessão, vários desembargadores e advogados destacaram sua trajetória de magistrado comprometido com a Justiça.

Hoje, Stélio Muniz participa da última sessão da 3ª Câmara Cível, encerrando sua carreira na magistratura.

Quem entra

A vaga a ser aberta com a aposentadoria do desembargador Stélio Muniz será preenchida pelo critério da antiguidade.

Por essa regra, tornar-se-á desembargador o juiz mais antigo de quarta entrância em atuação na capital.

Assim, o futuro desembargador será o juiz Megbel Abdalla, titular da 4ª Vara da Fazenda Pública.

Vaga à vista

Outra vaga no colégio de desembargadores do Tribunal de Justiça será aberta em abril.

Naquele mês, o desembargador Raimundo Nonato de Souza completará 70 anos.

A vaga será preenchida pelo critério de merecimento, o que permite a candidatura dos magistrados de quarta entrância em atuação nas varas da capital.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ex-corregedor eleitoral deve acionar Flávio Dino por agressões ao TRE

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos propõe inquérito na Polícia Federal para apurar denúncias do comunista, que será processado se não prová-las

Gilberto Léda
Da editoria de Política

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, do Tribunal de Justiça, reforçou ontem o coro de magistrados contra as declarações do presidente da Embratur, Flávio Dino (PCdoB), de que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão teria fraudado a eleição de 2010 "na calada da noite".

Durante a sessão do Pleno do TJ, o desembargador solicitou da Presidência o envio de expediente à Corte Eleitoral, pedindo a abertura de inquérito na Polícia Federal para apurar as acusações feitas pelo comunista.

O magistrado não descarta acionar Dino cível e criminalmente caso não se confirmem as suspeitas levantadas por ele em discurso num evento do PDT em Imperatriz, no sábado da semana passada, dia 23.

"Diante da notícia que foi publicada, eu levei o assunto para o Pleno e pedi que a presidência encaminhasse um ofício ao TRE, para que fosse oficiada a PF para instaurar inquérito para apurar a veracidade daquele fato que está ali narrado. Se não ficar provado, ele [Flávio Dino] será acionado civil e criminalmente, não tenho a menor dúvida", disse.

José Joaquim, que era vice-presidente e corregedor eleitoral do TRE em 2010, lembra que autorizou, ele mesmo, a presença de um perito acompanhando a totalização dos votos no setor de informática do Tribunal na apuração daquele ano. E afirmou estranhar o fato de que Flávio Dino só questionou o resultado três anos após a sua proclamação.

Para o magistrado, a atitude é uma "irresponsabilidade". Ele argumenta que tomou a decisão de pedir auxílio da Polícia Federal para que não pairem dúvidas sobre o processo eleitoral daquele ano.

De Jesus

José Joaquim Figueiredo rebateu as acusações de Flávio Dino

"Na época, isso foi até objeto de um procedimento. Um perito veio ao Maranhão, arguindo que houve fraude na urna eletrônica. Então eu determinei que ele acompanhasse todo nosso trabalho direto no setor de informática. Depois de três anos, ele vem com essa irresponsabilidade. Eu não posso admitir. Se tinha mácula, ele teria que dizer. Se ele não disse à época, agora terá que provar isso aí. O que não pode é pairar dúvidas", completou.

Outro lado - A O Estado, Flávio Dino garante que apoia a decisão do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos de convocar a PF para apurar as denúncias. "Sempre lutamos por isso", ressaltou.

"Sou a favor da plena apuração das suspeitas de crimes e de outros ilícitos praticados em 2010. Espero que haja a instauração de inquérito na Polícia Federal", completou.

Mais

No ano passado, nas eleições municipais, Flávio Dino tentou agredir o juiz eleitoral Sérgio Muniz. Em plena noite de sábado, ele invadiu o TRE e, aos gritos, partiu para cima do juiz, que estava de plantão. Foi contido por acompanhantes e assessores. A raiva do comunista se deu por conta de uma decisão de Muniz contra o seu candidato a prefeito, Edivaldo Júnior (PTC). Foi o primeiro episódio considerado desequilibrado do ex-juiz federal contra a Justiça Eleitoral, da qual ele já fez parte.

Declarações para agradar aliados

As acusações do presidente da Embratur, Flávio Dino (PCdoB), contra o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão foram dadas durante discurso em evento do PDT na cidade de Imperatriz, no sábado, dia 23. Na ocasião, o comunista disse que a diferença de 0,08% dos votos válidos que garantiu a vitória da governadora Roseana Sarney (PMDB) no 1º turno foi "decretada na calada da noite" na Corte Eleitoral.

A declaração gerou forte reação de membros da Corte Eleitoral. Presidente em 2010, o desembargador Raimundo Cutrim alegou não haver fundamento algum nas acusações de Flávio Dino. "Eu lamento profundamente que o ex-deputado federal tenha agido desta forma. O Flávio Dino sabe que não houve fraude na eleição, isso é até impossível", completou.

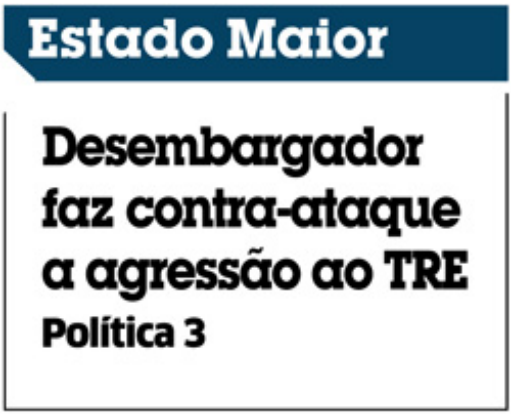
O juiz Sérgio Muniz, também membro do TRE em 2010 e protagonista de uma áspera discussão com Dino na eleição do ano passado, dentro do TRE, reagiu de forma mais veemente.

Além de descartar fraude no processo eleitoral, Sérgio Muniz rebateu as insinuações de Flávio, de que o TRE teria agido na "calada da noite". "Ele deveria saber que a totalização de votos ocorreu antes da meia-noite. É completamente falaciosa a declaração dele. é impossível a existência de uma fraude", completou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

• **A OAB** deve concluir, na primeira quinzena de março, o processo de formação da lista sêxtupla da qual sairá o novo desembargador pelo Quinto Constitucional.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Vai ter de provar, senão...

O ex-juiz e ex-deputado e atual presidente da Embratur Flávio Dino, que chefia o PCdoB no Maranhão, pode pagar preço alto pela maneira agressiva e destemperada como atacou a Justiça Eleitoral do Maranhão ao afirmar que o resultado da eleição para governador em 2010, quando a governadora Roseana Sarney se reelegeu no primeiro turno, batendo ele, Dino, e Jackson lago juntos, foi fraudado "na calada da noite".

A declaração, feita numa reunião do PDT em Imperatriz, surpreendeu o mundo político e indignou magistrados. O desembargador aposentado Raimundo Cutrim, que presidiu as eleições daquele ano, criticou o ataque e disse que Dino tem consciência de que o pleito foi limpo. O juiz eleitoral Sérgio Muniz foi mais longe e classificou as palavras de Dino como as de um desequilibrado.

Ontem, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que era o corregedor eleitoral nas eleições de 2010, reagiu às declarações de Dino pedindo à presidência do Tribunal de Justiça que peça uma investigação federal naquele processo eleitoral e que o candidato derrotado seja chamado às barras da Justiça para comprovar suas declarações.

Conhecido pela sua independência e determinação, Figueiredo dos Anjos disse não ficará de braços cruzados até que as declarações de Dino sejam devidamente apuradas. E afirmou que, se o presidente da Embratur não comprovar o que disse em Imperatriz, terá de responder pelo que disse. Ou seja, poderá ser processado por injúria e difamação se não comprovar o que declarou na reunião do PDT em Imperatriz.

No meio político, todos estranham o fato de o ex-deputado, que já perdeu duas eleições majoritárias, esteja recorrendo ao recurso de injuriar e difamar graciosamente a Justiça Eleitoral na tentativa de viabilizar sua candidatura a governador.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Taxas de serviços de cartórios aumentam

O reajuste de 5,9% aplicado pelo TJMA nas custas e emolumentos dos cartórios do Maranhão em 2013 já está em vigor. O aumento corresponde à variação do INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012. **Consumidor 8**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Taxas dos serviços dos cartórios maranhenses são reajustadas em 5,9%

Nova tabela já está em vigor e teve variação do INPC; preços vão de R$ 3,00 (distribuição de petição inicial) a R$ 7.655,30 (teto para execução de título judicial)

Já está em vigor em todo o estado a nova tabela de custas e emolumentos oferecidos pelos cartórios. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2013 foram reajustadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em 5,9%, conforme prevê a Lei nº 9.109/2009, que regula a cobrança dos serviços.

De acordo com a Resolução nº 051/2012 - aprovada pelo Pleno do TJMA -, a atualização das taxas corresponde à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de dezembro de 2011 a novembro de 2012.

Segundo a diretora do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (Ferj), Celerita Dinorah de Carvalho, os valores dos emolumentos devem ser compatíveis com os custos de remuneração dos serviços prestados pelos cartórios. "O índice aplicado consiste apenas numa atualização monetária, a fim de adequar os valores praticados pelos cartórios à realidade econômica atual", explica.

Tabela - A nova tabela traz, de forma detalhada, os valores a serem aplicados pelos cartórios extrajudiciais de todo o estado nos serviços de registro civil de pessoas físicas e jurídicas, registros de imóveis e protestos de títulos.

Os valores variam de R$ 3,00 (distribuição de petição inicial) a R$ 7.655,30 (máximo para a execução de título judicial).

A lei obriga a divulgação da tabela de preços, com total visibilidade, por parte dos cartórios, para conhecimento dos usuários dos serviços.

Arrecadação - Do total arrecadado pelos cartórios extrajudiciais, 12% são destinados ao Ferj - o fundo que subsidia as despesas de elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários. Os 88% restantes da receita ficam para os cartórios.

Também são financiados pelo Ferj a construção, ampliação e reforma de prédios e instalações, aquisição de materiais permanentes e serviços de manutenção e reparos; a implantação dos serviços de informatização da Justiça; aquisição e manutenção de veículos utilitários; e materiais de consumo indispensáveis à manutenção do Poder Judiciário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz de Caxias vai para capital

A desembargadora Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães, presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão, deu posse ao magistrado Lúcio Antonio Machado Vale, titular da 5ª vara de Caxias, como juiz auxiliar de entrância final, em São Luís.

Promovido pelo critério de antiguidade, o juiz deixa a comarca de Caxias saneada, com grau de operosidade positiva e 657 processos tramitando. "Desejo sucesso nessa nova fase da sua carreira profissional", declarou a desembargadora.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AXIXÁ

Prefeita Roberta Barreto retoma a administração no município

O desembargador Jamil Gedeon concedeu, na terça-feira (26), pedido da prefeita de Axixá, Roberta Gonçalves Fontoura, de suspensão da decisão judicial de 1º grau que a afastou do exercício das funções e determinou o retorno imediato da gestora ao cargo até o julgamento final do recurso. Ontem (27) pela manhã, a prefeita retornou ao cargo.

A prefeita interpôs recurso de Agravo de Instrumento no Plantão Judiciário de 2º grau, com pedido de efeito suspensivo da decisão do juiz da comarca de Icatu - da qual Axixá é termo judiciário - nos autos da ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual. Na ação, a prefeita foi afastada das funções pelo prazo de 120 dias.

De acordo com o Ministério Público (MP), a prefeita dispensou verbalmente os servidores municipais, editou Decreto de recadastramento solicitando extratos bancários dos servidores e relotou ilegalmente servidores, entre outras acusações.

Em resposta, a prefeita alegou que assumiu o mandato em 1º de janeiro deste ano sem conseguir realizar os trabalhos de transição de governo com a antiga gestora. E que por esse motivo começou a trabalhar sem informações e documentos necessários para organizar o planejamento das medidas iniciais de sua gestão, o que motivou uma série de medidas administrativas, como o recadastramento dos servidores.

A gestora sustentou que buscou esclarecer os motivos das medidas adotadas e o retorno dos servidores às suas atividades normais, e que o envio de cópia dos procedimentos administrativos solicitados pelo MP ainda não foram enviados por não terem sido concluídos os procedimentos.

Afirmou também que as medidas adotadas buscam preservar o próprio patrimônio público, ao suspender os pagamentos até que se tivesse certeza do vínculo legal do servidor com a Prefeitura, e ao relotar servidores para suprir as deficiências e adequar a carência de pessoal em determinados setores.

DECISÃO - Após analisar o recurso, o desembargador plantonista deferiu o pedido, considerando que a prefeita não se omitiu em prestar as informações solicitadas pelo Ministério Público, esclarecendo suas ações, e que não consta nos autos qualquer prova ou indício concreto de que ela esteja atuando com abuso ou arbitrariedade no exercício de suas funções com o fim de atrapalhar a instrução processual.

O desembargador citou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que permite o afastamento cautelar do agente somente em situação de excepcionalidade, quando demonstrado comportamento do agente público que, no exercício de suas funções públicas e em virtude delas, importe efetiva ameaça à instrução do processo.

"Não verifico a demonstração de que a agravante efetivamente represente ameaça à instrução do processo, pois os atos até então por ela praticados não permitem vislumbrar qualquer atividade com esse fim", justifica o relator plantonista na decisão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

LIBERADO

Assembleia aprova pedido de empréstimo do Governo do Estado

Agência Assembleia - Depois de três dias de intensa discussão entre os deputados de oposição e do governo, a Assembleia Legislativa aprovou, na sessão de ontem (27), o pedido de empréstimo do Poder Executivo junto ao Bank of América, no valor de R$ 1,5 bilhão. O dinheiro a ser captado tem por finalidade saldar dívidas do governo do Estado junto à União.

OPOSIÇÃO ENCURRALDA - A bancada de oposição fez uso de várias medidas para tentar impedir a aprovação do pedido de empréstimo como, por exemplo, a impetração de um mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado, assinado pelos deputados Rubens Júnior (PC do B), Marcelo Tavares (PSB), Bira do Pindaré (PT) e Othelino Neto (PPS), que, apreciado, foi julgado improcedente; além do pedido de vista do líder da oposição que impediu que a votação acontecesse ontem (26).

Outra medida, de ordem regimental, foi a apresentação da emenda Nº 01 ao projeto de lei Nº 011/2013, do pedido de empréstimo, de autoria do líder do Bloco de Oposição, Rubens Júnior, que propôs inserir o artigo 7º ao projeto em discussão, com a seguinte redação: "Fica revogada a Lei 9.711/2012, que autorizava o Governo do Estado a contrair empréstimo de R$ 3.801.341,00". A emenda foi rejeitada tanto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quanto no Plenário.

"Ao perceber que seu grupo político não vai mais estar no poder, a partir de 2015, a governadora entrega esse presente de grego para o futuro governador, mas não é só para o futuro governador, é para os maranhenses", analisou Othelino Neto.

VERSÃO GOVERNISTA - Segundo o vice-líder do governo, deputado Magno Bacelar (PV), em relato da reunião da bancada do governo com a governadora, realizada na terça-feira (26), os deputados tiveram oportunidade de ouvir esclarecimentos a respeito de como está a situação financeira do Estado do Maranhão. "Todos os parlamentares ficaram satisfeitos com as explicações de nossa governadora. A governadora garantiu que o Estado está organizado financeiramente e procurando todas as alternativas para viabilizar uma boa gestão, apesar de haver uma dívida, só em precatório, de R$ 400 milhões".

Votaram contra a aprovação do pedido de empréstimo os deputados Rubens Júnior, Marcelo Tavares, Othelino Neto, Bira do Pindaré, Cleide Coutinho (PSB), Elizane Gama (PPS), Gardênia Castelo (PSDB) e Carlinhos Amorim (PDT).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CONVITE

Convidados pela secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Guerreiro Junior, e o defensor geral do Estado, Aldy Mello, confirmaram presença em solenidade que celebrará o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março no Palácio do Planalto. A cerimônia está sendo organizada pelo cerimonial da Presidência da República.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

ASSEMBLEIA

Aprovados R$1,5 bi para o Maranhão

Após três dias de acaloradas discussões, base governista consegue mais uma vitória e concede direito ao governo do estado de continuar intensificando política de combate à pobreza. Oposição segue reclamando

CLODOALDO CORRÊA

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou ontem o empréstimo de R$ 1,5 bilhão do governo do estado junto ao Bank Of America. A oposição reclamou muito, mas não adiantou, a maioria governista aprovou o Projeto de Lei nº 011-2013, autorizando a operação de crédito para reestruturar as dívidas do estado. O governo pretende, através dessa operação financeira, alongar os prazos de vencimentos para pagamento das dívidas; juros mais compatíveis com os praticados e carência de recursos. A aprovação teve os votos negativos dos deputados de oposição.

Ao encaminhar a votação, o líder do governo, César Pires (DEM), reafirmou a intenção do governo de sanear as dívidas e poder continuar os investimentos. Sobre as cobranças da oposição, César garantiu que as explicações técnicas já foram dadas. "Os juros são na verdade de 6% ao ano. O banco é o Bank Of America. Não há nada de inusitado, se você vai comprar uma máquina é X% mais os encargos normais dos institutos financeiros que estão a cobrar de todos nós físicos, jurídicos ou governamentais. Pagava-se muito, vinte e poucos por cento de juros minimiza isso para seis por cento ao ano", afirmou.

Para o líder do governo, a oposição enciumada, porque essa liquidez o governo poderá empregar os benefícios ao os benefícios ao povo.

O deputado Magno Bacelar (PV) reforçou a importância do empréstimo para regularizar as contas do estado e as políticas públicas possam chegar a municípios e povoados mais distantes. "O estado do Maranhão terá um aporte financeiro a mais e irá oxigenar, principalmente as políticas como esse projeto de combate à pobreza do nosso Estado em torno de R$ 400 milhões. Temos que pensar naqueles maranhenses que estão lá na ponta precisando de saúde, de educação, de estradas vicinais, de segurança pública e, portanto, o Estado tem que executar", afirmou.

AGÊNCIA ASSEMBLEIA

César Pires soube conduzir mais uma vez a bancada governista para aprovar projeto

Dos parlamentares presentes, votaram contra o empréstimo Rubens Júnior (PCdoB), Marcelo Tavares (PSB), Othelino Neto (PPS), Bira do Pindaré (PT), Cleide Coutinho (PSB), Eliziane Gama (PPS), Gardênia Castelo (PSDB) e Carlinhos Amorim (PDT).

Desde o início da semana, as discussões foram intensas sobre o empréstimo. A oposição, alegando endividamento do estado, tentou vários mecanismos para tentar barrar a aprovação. Até uma ação na Justiça através de mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado foi tentado, mas o judiciário considerou improcedente. O líder do Bloco de Oposição, Rubens Pereiria Júnior tentou ainda uma emenda desautorizando o empréstimo, que foi negada.

Após a aprovação, o líder da oposição voltou a reclamar de falta de transparência do projeto. "Não há informações fundamentais no projeto, a maioria dos deputados acaba de aprovar uma dívida que ninguém, nem eles, conhecem", afirmou. A oposição ainda tenta criar a CPI da dívida pública para investigar a fundo o destino e informações pertinentes sobre todos os empréstimos estaduais.

A operação de crédito no valor de U$ 747,09 milhões com o Bank of América, intermediado pelo Banco do Brasil, com carência de 18 meses para pagamentos a juros fixos de 4,0% ao ano significará uma economia real de R$ 216 milhões de reais até 2023, nos valores de hoje.

PALAVRA DO ESPECIALISTA

Operação é bem vista para economia

"Quando se ganha de um lado, se perde de outro. Se o empréstimo for feito para diminuir a carga de juros sem comprometer as contas do Estado, é bem-vindo. Mas sem saber a taxa de juros é arriscado. Como o governo arrecada via questão tributária e está sufocado você usa desses recursos. O que pode preocupar é a falta de transparência quanto à taxa e resíduo. Para um projeto de urgência tem que haver esclarecimento em caráter de urgência também".

POR CARLOS ALBERTO
Economista e professor da Universidade Federal do Maranhão

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

2 A receber um mandado de segurança dos deputados da oposição na Assembleia Legislativa, alegando irregularidade no processo de votação do projeto do Executivo, pedindo autorização para contratar empréstimo de R$ 1,5 bilhão, o Tribunal de Justiça do Maranhão tirou o corpo fora. Assunto 'interna-corpore' do Poder Legislativo. Devolveu sem apreciar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tribunal de Justiça agora tem duas vagas

POLÍTICA 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUSTIÇA

Corte do TJMA está desfalcada

Desembargador Stélio Muniz se aposenta e, agora, Tribunal de Justiça do Maranhão tem duas vagas abertas. Pelo menos uma vaga deve ser ocupada em breve, a outra, de direito da OAB, espera decisão

CLODOALDO CORRÊA

O Tribunal de Justiça do Maranhão agora fica desfalcado de duas vagas. A primeira já está em aberto desde abril do ano passando, esperando definição da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), e a segunda fica aberta a partir de hoje por conta da aposentadoria do desembargador Stélio Muniz. Dos 27 previstos, a corte passa a ter 25 desembargadores.

A sessão de ontem no TJMA foi marcada pela despedida do desembargador Stélio, que dedicou 17 anos à Justiça de segundo grau. A sessão foi comandada pela vice-presidente, desembargadora Maria dos Remédios Buna, já que o presidente Guerreiro Júnior está em viagem pelo interior do estado. Stélio agradeceu às várias manifestações que recebeu pelos desembargadores, por representantes da Associação dos Magistrados do Brasil e da OAB-MA.

A vaga deixada pelo desembargador deve ser preenchida pelo critério de antiguidade, já que a última foi pelo critério de merecimento. Os nomes deverão passar pelo crivo do plenário do Tribunal. O nome do juiz mais antigo da entrância final (São Luís). Caso este juiz tenha dois terços de negativa (18 votos), o pleno apreciará outro nome na sequência. A votação é aberta, nominal e fundamentada. Os desembargadores receberão da Corregedoria, até 24 horas antes da sessão, o perfil funcional, a operosidade e a produtividade do juiz mais antigo.

Stélio Muniz esteve à frente por 17 anos do Judiciário de segundo grau. Porém, não chegou a ocupar a presidência do TJ-MA

O desembargador Zé Luís Almeida fez um longo discurso de despedida na última sessão de Stélio como desembargador. "Esperamos que nossa geração, que chegou e se misturou à do desembargador Stélio, possa trabalhar da mesma maneira que ele", afirmou.

O vice-presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) alfinetou o Tribunal para a eleição direta para presidente do Judiciário, lembrando que o magistrado deixa o TJMA sem ter sua foto no quadro de ex-presidentes, mesmo tendo sido desembargador por 17 anos. "Quando foi corregedor, Stélio tinha o apoio dos magistrados para ser presidente. É uma pessoa que tem visão e sempre esteve ao lado dos juízes de primeiro grau. Por isso, é importante à eleição direta para presidente", afirmou.

O TJMA ainda não tem data para que seja finalizado o processo de substituição de Stélio Muniz, mas deve ser bem mais rápido do que a conturbada escolha do nome vindo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA).

Caso

A liminar concedida pela Justiça Federal ao candidato Samir Murad emperrou o processo. A OAB entrou com recurso, mas a liminar foi mantida. Assim, a OAB-MA marcou para o dia 21 de março uma sessão especial apenas para julgar o caso dos três advogados que tiveram o pedido indeferido: Samir Murad, Daniel Leite e Walney Oliveira. O primeiro por conta da decisão do conselho federal que impede o parente até terceiro grau do chefe do Executivo de disputar. Samir é cunhado da governadora Roseana Sarney (PMDB). No caso de Daniel Leite e Walney, o impedimento se deu porque a regulamentação exige 10 anos ininterruptos de advocacia até a votação da lista. Eles tiveram interrupção por assumirem cargos dos poderes Executivo e Judiciário. "A lista só vai poder ser votada quando se resolver esta questão judicial. Enquanto isso, a decisão está pendente. O Conselho Seccional primeiro decidirá sobre estes recursos", afirmou o presidente da OAB-MA, Mário Macieira. Caso os três voltem para a disputa, 20 advogados estarão concorrendo à vaga.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

POLÊMICA

Sigilo dos processos contra juízes gera debate

GILSON TEIXEIRA/ O IMPARCIAL

Pleno do TJMA discutiu se processo contra juízes deve seguir em sigilo ou não. Decisão foi adiada após pedido de vistas

Uma questão que levantou um embate acalorado na sessão de ontem do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi quanto ao sigilo dos processos contra juízes. O corregedor-geral de Justiça, Cleones Cunha levou à apreciação do pleno, a apreciação do encaminhamento ao Ministério Público de dois processos de denúncias contra magistrados. O detalhe é que não foi divulgado nem as acusações nem os nomes dos magistrados envolvidos. O sigilo sobre a investigação de possível desvio de conduta dos magistrados gerou muita discussão.

O julgamento foi adiado por pedido de vista de Jorge Rachid. Mas não antes de gerar muita discussão. O desembargador Paulo Velten disse que o corregedor só poderia colocar em sigilo se a divulgação atrapalhasse as investigações, mas que não poderia ser mantido sigilo somente por conta de ser um magistrado o investigado. "O que determina o sigilo é o tipo de investigação e não por ser um juiz. Caso não haja indícios concretos de que atrapalharia a investigação, eu já me posiciono a favor de que temos que tomar ciência do caso", declarou.

> **O que determina o sigilo é o tipo de investigação e não por ser um juiz. Caso não haja indícios concretos de que atrapalharia a investigação, eu já me posiciono a favor de que temos que tomar ciência do caso**
>
> ***Paulo Velten,***
> *desembargador do TJMA*

Cleones ainda chegou a mencionar a possibilidade de citar o conteúdo dos processos e as acusações sem citar os nomes dos juízes, o que acabou também não ocorrendo.

O desembargador Zé Luís Almeida disse que o TJMA precisava rever seu Regimento para não ter mais que passar pela validação do plenário o envio de informações sobre processo ao Ministério Público para que este diga se irá ou não denunciar. "O Regimento interno diz isso, mas é inconstitucional. Dizer que o MP só denúncia se o TJMA autorizar. Esta regra é absolutamente corporativista. Este dispositivo prevê apenas proteger colegas", afirmou, ressaltando também que não pode haver sessão secreta ou reservada para julgar juiz.

Com o pedido de vista do desembargador Jorge Rachid, a discussão ficou adiada, mas a maioria dos presentes pedia que o processo fosse enviado ao Ministério Público para deliberar se denunciava ou não os magistrados. (CC)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mulher

O presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, e o defensor-geral do Estado, Aldy Mello, confirmaram presença na solenidade que celebrará o Dia Internacional da Mulher (8 de março), em Brasília (DF). Na ocasião, o Governo do Maranhão deverá assinar a Repactuação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

MARANHÃO

Plano integrado combate violência contra mulheres

DA REDAÇÃO

Representantes de órgãos maranhenses participam, em Brasília, de cerimônia que celebrará o Dia da Mulher. O evento está sendo organizada pelo cerimonial da Presidência da República. Na solenidade, está prevista a assinatura da Repactuação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com a participação do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público Estadual.

Convidados pela secretária estadual da Mulher, Catharina Bacelar, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, e o defensor-geral do estado, Aldy Mello, confirmaram presença em solenidade que celebrará o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março no Palácio do Planalto.

O convite foi feito durante visita de Catharina Bacelar, na última sexta-feira (22). Ela destacou a importância da presença dos gestores no evento. Na ocasião, o governo do Maranhão deverá assinar a Repactuação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, desta vez, ao lado do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público Estadual.

"É importante ressaltar o excelente nível de relacionamento que temos com o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e o Ministério Público, o que fortalece a rede estadual de atendimento à mulher em situação de violência e potencializa os resultados alcançados por cada um dos nossos parceiros", frisou a secretária.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Suspensão da decisão judicial

Desembargador determina retorno da prefeita de Axixá ao cargo

O desembargador Jamil Gedeon concedeu, nesta terça-feira (26), pedido da prefeita de Axixá, Roberta Gonçalves Fontoura, de suspensão da decisão judicial de 1º grau que a afastou do exercício das funções e determinou o retorno imediato da gestora ao cargo até o julgamento final do recurso.

A prefeita interpôs recurso de Agravo de Instrumento no Plantão Judiciário de 2º grau, com pedido de efeito suspensivo da decisão do juiz da comarca de Icatu – da qual Axixá é termo judiciário – nos autos da ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual. Na ação, a prefeita foi afastada das funções pelo prazo de 120 dias.

De acordo com o Ministério Público (MP), a prefeita dispensou verbalmente os servidores municipais, editou Decreto de recadastramento solicitando extratos bancários dos servidores e relotou ilegalmente servidores, entre outras acusações.

Em resposta, a prefeita alegou que assumiu o mandato em 1º de janeiro deste ano sem conseguir realizar os trabalhos de transição de governo com a antiga gestora. E que por esse motivo começou a trabalhar sem informações e documentos necessários para organizar o planejamento das medidas iniciais de sua gestão, o que motivou uma série de medidas administrativas, como o recadastramento dos servidores.

A gestora sustentou que buscou esclarecer os motivos das medidas adotadas e o retorno dos servidores às suas atividades normais, e que o envio de cópia dos procedimentos administrativos solicitados pelo MP ainda não foram enviados por não terem sido concluídos os procedimentos.

Afirmou também que as medidas adotadas buscam preservar o próprio patrimônio público, ao suspender os pagamentos até que se tivesse certeza do vínculo legal do servidor com a Prefeitura, e ao relotar servidores para suprir as deficiências e adequar a carência de pessoal em determinados setores.

Jamil Gedeon disse que a prefeita não se omitiu em prestar as informações solicitadas pelo MP

DECISÃO - Após analisar o recurso, o desembargador plantonista deferiu o pedido, considerando que a prefeita não se omitiu em prestar as informações solicitadas pelo Ministério Público, esclarecendo suas ações, e que não consta nos autos qualquer prova ou indício concreto de que ela esteja atuando com abuso ou arbitrariedade no exercício de suas funções com o fim de atrapalhar a instrução processual.

O desembargador citou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que permite o afastamento cautelar do agente somente em situação de excepcionalidade, quando demonstrado comportamento do agente público que, no exercício de suas funções públicas e em virtude delas, importe efetiva ameaça à instrução do processo.

"Não verifico a demonstração de que a agravante efetivamente represente ameaça à instrução do processo, pois os atos até então por ela praticados não permitem vislumbrar qualquer atividade com esse fim", justifica o relator plantonista na decisão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Em Brasília

Maranhão participará de cerimônia que celebrará Dia da Mulher

Secretária Catharina Bacelar em visita ao desembargador Guerreiro Júnior

Convidados pela secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Guerreiro Junior, e o defensor geral do Estado, Aldy Mello, confirmaram presença em solenidade que celebrará o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março no Palácio do Planalto. A cerimônia está sendo organizada pelo cerimonial da Presidência da República.

O convite foi feito durante visita de Catharina Bacelar, na sexta-feira (22). Ela destacou a importância da presença dos gestores no evento. Na ocasião, o Governo do Maranhão deverá assinar a Repactuação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, desta vez, ao lado do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público Estadual.

"É importante ressaltar o excelente nível de relacionamento que temos com o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e o Ministério Público, o que fortalece a rede estadual de atendimento à mulher em situação de violência e potencializa os resultados alcançados por cada um dos nossos parceiros", frisou a secretária Catharina Bacelar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reajuste

Serviços dos cartórios têm novos valores

Já está em vigor em todo o Estado a nova tabela de custas e emolumentos oferecidos pelos cartórios. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2013 foram reajustadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em 5,9%, conforme prevê a Lei 9.109/2009, que regula a cobrança dos serviços.

De acordo com a Resolução nº 051/2012 – aprovada pelo Pleno do TJMA – a atualização das taxas corresponde à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de dezembro de 2011 a novembro de 2012.

Segundo a diretora do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (FERJ), Celerita Dinorah de Carvalho, os valores dos emolumentos devem ser compatíveis com os custos de remuneração dos serviços prestados pelos cartórios.

"O índice aplicado consiste apenas numa atualização monetária, a fim de adequar os valores praticados pelos cartórios à realidade econômica atual", explica.

TABELA - A nova tabela traz, de forma detalhada, os valores a serem aplicados pelos cartórios extrajudiciais de todo o Estado nos serviços de registro civil de pessoas físicas e jurídicas, registros de imóveis e protestos de títulos.

Os valores variam de R$ 3,00 (distribuição de petição inicial) a R$ 7.655,30 (máximo para a execução de título judicial).

A lei obriga a divulgação da tabela de preços, com total visibilidade, por parte dos cartórios, para conhecimento dos usuários dos serviços.

ARRECADAÇÃO - Do total arrecadado pelos cartórios extrajudiciais, 12% são destinados ao FERJ – o fundo que subsidia as despesas de elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários. Os 88% restantes da receita ficam para os cartórios.

Também são financiados pelo FERJ a construção, ampliação e reforma de prédios e instalações, aquisição de materiais permanentes e serviços de manutenção e reparos; a implantação dos serviços de informatização da Justiça; aquisição e manutenção de veículos utilitários; e materiais de consumo indispensáveis à manutenção do Poder Judiciário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CARTAS AO DR. PÊTA

drpeta@box.elo.com.br
drpetta@gmail.com

Caro Dr. Pêta;

Venho fazer uso deste espaço democrático para clamar, junto às autoridades do Judiciário, Legislativo, Executivo, Procon, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Conselhos de Classe, OAB, Imprensa etc, para atentarem para o caótico sistema de atendimento em hospitais privados de São Luís (MA). O consumidor paga por anos a fio a mensalidade do Plano de Saúde e no momento em que mais necessita, quando está com a sua saúde debilitada, o atendimento lhe é negado e tem que arcar com a conta do hospital. No último final de semana, apesar de pagar religiosamente o Plano de Saúde, fui obrigado a buscar o atendimento particular por ter sido negado o atendimento pelo Plano. Até quando as entidades que representam o consumidor, os conselhos de classe da área da saúde e o Ministério Público permanecerão em silêncio assistindo passivamente ao desrespeito à saúde do consumidor. Alguém pode se manifestar?

(Carlos Alberto - São Luís - MA)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Deputados aprovam empréstimo de R$ 1,5 bilhão do governo do Estado

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Deputados aprovam empréstimo de R$ 1,5 bilhão do governo do Estado

Depois de três dias de intensa discussão entre os deputados de oposição e do governo, a Assembleia Legislativa aprovou ontem o pedido de empréstimo do Poder Executivo junto ao Bank of América, no valor de R$ 1,5 bilhão. O dinheiro a ser captado tem por finalidade saldar dívidas do governo do Estado junto à União.

A bancada de oposição fez uso de várias medidas para tentar impedir a aprovação do pedido de empréstimo, como a impetração de um mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado, assinado pelos deputados Rubens Júnior (PCdoB), Marcelo Tavares (PSB), Bira do Pindaré (PT) e Othelino Neto (PPS). Apreciado, o mandado foi julgado improcedente.

Votaram contra a aprovação do pedido de empréstimo os deputados Rubens Júnior, Marcelo Tavares, Othelino Neto, Bira do Pindaré, Cleide Coutinho, Eliziane Gama, Gardênia Castelo e Carlinhos Amorim.

"Sem clareza" – Nem os deputados da base governista têm conhecimento sobre a dívida de R$ 1,5 bilhão aprovada na Assembleia Legislativa, observou o deputado Rubens Júnior. Segundo ele, "o projeto burla a Constituição por não conter informações detalhadas sobre as taxas de juros, instituição financeira credora, prazo de amortização da dívida e moeda".

O deputado Carlos Alberto Milhomem, relator da Comissão de Constituição e Justiça, confirmou que a taxa de juros da dívida é de 4%. "A taxa de juros é de 6% e se for mentira, é do secretário de planejamento", afirmou o líder do governo, César Pires, contestando o seu aliado Milhomem.

Com a aprovação, cresce para R$ 6 bilhões o valor da dívida contraída somente na gestão da governadora Roseana Sarney, informaram os oposicionistas.

Marcelo adverte sobre consequências – O deputado Marcelo Tavares criticou veementemente o projeto do Poder Executivo. "Este é o quinto pedido de empréstimo que a governadora Roseana Sarney faz. É o quinto porque, em sua última mensagem, eram dois pedidos em um só, o que já é uma ilegalidade. A governadora Roseana impõe aos maranhenses, aqueles que são os mais pobres do Brasil, o dever de pagar mais esta dívida", enfatizou Marcelo Tavares.

Tavares frisou que, somando todos estes empréstimos que a governadora está contraindo para o Maranhão, a cifra supera R$ 6 bilhões. O deputado salientou que o dinheiro deste quinto empréstimo daria para construir 902 Vias Expressas e daria para pagar o Bolsa Família no Maranhão durante cinco anos.

Histórico do endividamento – Com base em documentos oficiais do próprio Poder Executivo, o deputado lembrou que em 2001, ano em que Roseana Sarney era governadora do Estado, a dívida do Maranhão representava 210% da receita corrente líquida do Estado. Ou seja, o Maranhão precisava de duas vezes e mais um pouco da sua receita anual para pagar a dívida.

"José Reinaldo assume, em 2002, e essa dívida vai diminuindo porque o governo pagava a dívida, não contraía novos empréstimos e a arrecadação crescia pelo trabalho naquela época de Azolini na Secretaria de Fazenda. E o Maranhão veio: 2002, 186%; 2003, 180%; 2004, 174%; 2005, 155%; 2006, 118%; 2007, 95%; 2008, já com Jackson Lago, saudoso Jackson Lago, 73%. Ou seja, o Maranhão já não precisava mais de dois anos da sua receita para pagar a dívida, mas apenas de mais ou menos nove meses da sua receita para pagar o que devia. E aí vai: 2009, Jackson e Roseana continuam caindo essa proporção; 2010, continuam caindo essa proporção até chegar ao menor número de 32%", explicou o deputado.

Ele assinalou que, logo em seguida ao trabalho de saneamento das finanças feito pelos governadores José Reinaldo Tavares e Jackson Lago, a governadora Roseana Sarney começou a inverter a lógica do Maranhão saneado, e passou a pegar dinheiro emprestado.

Bacelar: "reunião esclarecedora" – O deputado Magno Bacelar garantiu que a reunião que os deputados governistas tiveram com a governadora, terça-feira, esclareceu que a situação financeira do Estado é boa. Bacelar contou que Roseana informou, por exemplo, que quando assumiu pagou R$ 800 milhões de dívida e depois mais R$ 120 milhões. O deputado disse que a governadora afirmou que quando assumiu foi surpreendida por essas dívidas, que não foram contraídas por ela, mas por outros governadores. "A governadora garantiu que o Estado está organizado financeiramente e procurando todas as alternativas para viabilizar uma boa gestão, apesar de haver uma dívida, só em precatório, de R$ 400 milhões", enfatizou, destacando os programas sociais que o governo faz e pretende fazer.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

❖❖ O desembargador Jamil Gedeon concedeu pedido da prefeita de Axixá, Roberta Gonçalves Fontoura, de suspensão da decisão judicial de 1º grau que a afastou do exercício das funções, e determinou o retorno imediato da gestora ao cargo até o julgamento final do recurso.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

❖❖ A desembargadora Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães, presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão, deu posse ao magistrado Lúcio Antonio Machado Vale, titular da 5ª vara de Caxias, como juiz auxiliar de entrância final, em São Luís.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

❖❖ Já está em vigor em todo o Estado a nova tabela de custas e emolumentos oferecidos pelos cartórios. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2013 foram reajustadas pelo Tribunal de Justiça em 5,9%.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vara Criminal faz seleção para cargo de assessor de juiz

A 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís fará seleção para o cargo de assessor de juiz de entrância final. Os interessados deverão enviar currículo até está sexta-feira, dia 1º de março, para o e-mail seccrim7_slz@tjma.jus.br, ou entregar na Secretaria da Vara, que funciona no 3º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. O cargo é comissionado e direcionado aos bacharéis em Direito.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação